

Pesquisadores buscam saída para proteger florestas 8



Cientistas diante dos senadores, na audiência pública organizada pelas comissões para debater o projeto de Código Florestal: busca do equilíbrio entre o incentivo à produção e a garantia da proteção do meio ambiente

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVII – Nº 3.481 – Brasília, quarta-feira, 6 de julho de 2011



José Luiz/Senado Federal

Walter Pinheiro discursa, observado por Lídice da Mata, José Sarney e João Durval: país precisa valorizar mais a luta dos baianos

Plenário rende homenagem a 2 de Julho

Data que marca a Independência da Bahia, quase um ano depois que dom Pedro deu o Grito do Ipiranga, foi celebrada em Plenário. Para bancada baiana, país precisa valorizar o fato histórico. 2

Subcomissão vota hoje reforma administrativa

O relatório do senador Ricardo Ferraço sobre a reforma administrativa do Senado foi reformulado para integrar emendas e deve ser votado hoje. A seguir, será examinado pela CCJ e pelo Plenário. 6

Regime de contratos para a Copa pode ser votado hoje

Segundo o relator, Inácio Arruda, caso haja mudança, a Câmara terá tempo de nova análise antes de 15 de julho, quando termina prazo de validade da MP 527

A medida provisória que cria o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para as obras da Copa do Mundo de 2014 pode ser votada hoje pelo Plenário. Depois de reunião da bancada do PMDB com o ministro do Esporte, Orlando Silva, o relator, senador Inácio Arruda, anunciou a votação. O presidente

do Senado, José Sarney, e o líder do governo, Romero Jucá, participaram do encontro. De acordo com o relator, após debater com representantes do Tribunal de Contas da União e com o Ministério do Esporte, "a maioria dos senadores concorda que esse regime pode agilizar a contratação de obras públicas". 3



Paulo Paim (C) presidiu debate na CDH sobre empresas falidas agora dirigidas por trabalhadores

Governo vai incentivar autogestão 4

Fortes é aprovado para Autoridade Pública Olímpica

O ex-ministro Marcio Fortes vai coordenar a organização dos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro. 3

CMO aprova verba para construir mais 475 creches

Crédito especial no Orçamento para o Ministério da Educação ainda precisa ser aprovado pelo Plenário. 7

Tombini elogia economia, mas é cobrado por juros 5

Presidente do Banco Central (ao microfone), com o senador Delcídio do Amaral (D) e outros dirigentes do banco: notícias de queda da inflação, redução da pobreza e aumento na oferta de empregos



Eternizada no 2 de Julho, expulsão final dos portugueses do território brasileiro, quase um ano depois da Independência, é celebrada em Plenário



Lídice da Mata, Jaques Wagner, José Sarney, João Durval e o ministro José de Castro Meira: homenagem ao 2 de Julho

Sessão especial destaca luta baiana pela independência

A INDEPENDÊNCIA DA Bahia, comemorada em 2 de julho, foi celebrada ontem em sessão especial no Plenário. Os senadores do estado destacaram que a expulsão das tropas portuguesas, em 1823, quase um ano depois do Grito do Ipiranga, foi decisiva para consolidar a Independência do Brasil. Apesar disso, salientaram a necessidade de maior conhecimento da luta em território baiano por todos os brasileiros.

O 2 de Julho é celebrado pelos baianos em festejos com grande participação popular, especial-

mente na capital e cidades do Recôncavo, palco de batalhas contra as tropas portuguesas.

– O legado do 2 de Julho constitui a própria cidadania dos baianos. Os baianos consolidaram a Independência do Brasil, assegurando a nossa unidade nacional e integridade territorial – destacou a senadora Lídice da Mata (PSB).

Ela propôs a sessão comemorativa, em pedido também subscrito pelos colegas da bancada, João Durval (PDT) e Walter Pinheiro (PT). Além do governa-

dor do estado, Jaques Wagner, compareceram os ministros do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, e das Cidades, Mário Negromonte, que são baianos. Também participou o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) José de Castro Meira.

Ao encerrar a sessão, o presidente do Senado, José Sarney, destacou que sua geração guarda a memória do 2 de Julho, sobretudo porque a jornada baiana foi imortalizada no poema *Ode ao 2 de Julho*, de Castro Alves.

Lídice lamenta que data seja ignorada pelo país

Lídice da Mata lamentou, em discurso, que o 2 de Julho não tenha sua importância reconhecida no restante do país.

– Esse fato, que é reverenciado pelos baianos, tem quase que o desconhecimento do público brasileiro e até mesmo, às vezes, da Câmara dos Deputados e do Senado – disse a senadora.

A parlamentar registrou a presença de autoridades baianas e federais na solenidade e lembrou personagens históricas da independência da Bahia, como a sóror Joana Angélica, a enfermeira Ana Néri, a líder Maria Felipa e a heroína Maria Quitéria, que, vestida de homem, incorporou-se às tropas para lutar.

– Também se destacou, nessa guerra da independência, a histórica participação dos negros que fugiam da escravidão para participar de uma luta pela independência na expectativa de que o país novo que surgia pudesse realizar a abolição – lembrou a senadora.

Governador quer volta do nome original de aeroporto

O governador da Bahia, Jaques Wagner, se manifestou a favor do retorno do antigo nome do aeroporto da capital baiana, Aeroporto Internacional Dois de Julho, que alude à independência do estado. Ele se pronunciou em sessão especial no Plenário do Senado, ontem, para comemorar os 188 anos da definitiva expulsão dos portugueses da Bahia. O aeroporto teve seu nome mudado para Luís Eduardo Magalhães, em homenagem ao deputado federal baiano falecido em 1998.

– Nenhum homem individual pode substituir a saga de um povo – justificou o governador.

Quem primeiro abordou o assunto foi Lídice da Mata, que requereu a sessão comemorativa, subscrita também pelos senadores João Durval e Walter Pinheiro.

– A mudança do nome não pode ser entendida como um gesto de revanchismo – afirmou Lídice da Mata.

Em debate, senadores exaltam "era de progresso" do Ceará

Em debate no programa *Assunto de Estado*, transmitido pela TV Senado e pela Rádio Senado na segunda-feira à noite, os senadores da bancada do Ceará foram unânimes em enaltecer o desenvolvimento apresentado pelo estado.

Eunício Oliveira (PMDB), Inácio Arruda (PCdoB) e José Pimentel (PT) destacaram o aumento de oportunidades no ensino e a melhoria nos indicadores sociais e econômicos em anos recentes, e mostraram sua esperança na parceria dos governos federal e estadual para continuar progredindo.

No programa, senadores de um mesmo estado discutem tema de interesse da população local. Ensino técnico, irrigação e saúde foram os principais assuntos tratados pelos senadores do Ceará no debate, que contou com a participação dos telespectadores e ouvintes por meio da internet.

Os cidadãos perguntaram, entre outros temas, sobre o ritmo das obras de transposição do rio São Francisco e os projetos de combate à seca, e o que os senadores estão fazendo para melhorar a saúde pública e as rodovias no Ceará.

Participação congestionada central do Alô Senado

O programa *Assunto de Estado* movimentou os cearenses, que encaminharam perguntas aos três senadores por meio do Twitter da TV Senado e pelo telefone 0800 61-2211. A central do Alô Senado ficou congestionada e cada telespectador tinha que esperar por até dois minutos para conseguir deixar a sua mensagem sobre o tema do programa.

Várias perguntas dos telespectadores que entraram em contato com a produção do programa foram respondidas no ar pelos senadores. As restantes foram encaminhadas aos parlamentares para serem respondidas posteriormente. Pelo Twitter, os cearenses questionaram os senadores, fizeram considerações sobre o debate e deram sugestões aos participantes.

Senado lança aplicativo para BlackBerry

Já está disponível para download o aplicativo do Senado para telefones celulares BlackBerry, da empresa canadense RIM. Gratuito, o programa pode ser baixado no BlackBerry App World. Basta ter uma BlackBerry ID. Para isso o usuário precisa cadastrar seu e-mail no site <http://br.blackberry.com/id>.

O aplicativo traz as notícias da Agência Senado, a agenda das atividades e os perfis dos senadores. O Senado tem versões para iPhone (Apple) e Android (Google) e está trabalhando numa versão mais sofisticada para tablets.

Tais aplicativos são desenvolvidos pela Secretaria Especial de Comunicação Social, por meio das equipes da Agência Senado e do *Jornal do Senado*. Nenhum serviço ou software foi comprado pela Casa.

Líderes indígenas pedem cessão de casas populares

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem de grupos indígenas documento que pede a destinação de moradias para comunidades na região de Manaus.

Segundo Paulo Apurinã, o Movimento Indígena de Reflexão do Amazonas solicita que 200 moradias do programa Minha Casa, Minha Vida sejam destinadas a famílias indígenas carentes que moram na floresta.

Paulo Apurinã também disse que os indígenas querem que o próximo Plano Plurianual (PPA) destine recursos específicos para a habitação dos índios.

De acordo com o cacique Sabá, Sarney vai marcar uma reunião com representantes indígenas para tratar do assunto. Integrantes do movimento também entregaram cópia do documento à senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 de ontem serão publicados na edição de amanhã do *Jornal do Senado*.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário MP das licitações da Copa tranca pauta

14h A sessão é deliberativa. A pauta continua trancada pela medida provisória (MP 527/11) que estabelece regras para licitações de obras da Copa e das Olimpíadas.

Presidência Cerimônia no Palácio do Planalto

11h José Sarney participa da sanção do projeto que institui o Sistema Único de Assistência Social, no Palácio do Planalto; às 15h30, recebe José Bono Martínez, presidente das Cortes Gerais da Espanha. Às 16h, preside a sessão plenária.

Reforma Votação do relatório final

9h Reunião da Subcomissão Temporária de Reforma Administrativa, que analisa mudanças no Regulamento Administrativo do Senado.

CCT Alterações no Código Florestal

9h As alterações propostas no Código Florestal serão debatidas na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Entre os participantes, Carlos Afonso Nobre, do Ministério de C&T.

CAS Tratamento da obesidade e taxistas

9h Reunião extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais examina projeto que regulamenta o tratamento da obesidade. A regulamentação da profissão de taxista também consta da pauta.

CCJ Propostas da reforma política

10h A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota propostas da reforma política e indicações para o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

CE Fundeb e Plano Nacional de Educação

10h "Financiamento da educação e regime de colaboração" é o tema de audiência pública da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

CAE Indústrias e crescimento econômico

10h Audiência sobre o incentivo ao crescimento econômico e o risco do fechamento de indústrias. Entre os convidados, a Comissão de Assuntos Econômicos ouve Robson de Andrade, da Confederação Nacional da Indústria.

Subcomissão Políticas públicas para saúde da mulher

12h A Subcomissão Permanente em Defesa da Mulher analisa requerimentos que pedem realização de audiências sobre políticas públicas para a saúde da mulher e sobre os programas relacionados à proteção das vítimas.

CI/CAE Debate sobre renovação de concessões

14h30 As comissões de Serviços de Infraestrutura e de Assuntos Econômicos debatem a renovação de concessões. Participa o presidente da Associação Brasileira das Empresas Geradoras de Energia Elétrica, Flávio Antônio Neiva.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Gerardo Magalhães/Senado Federal



Ontem de manhã, Marcio Fortes foi sabatinado pelos senadores da CAE

Senado aprova Fortes para presidir Autoridade Olímpica

O Senado aprovou ontem a indicação pela presidente Dilma Rousseff do ex-ministro das Cidades, Marcio Fortes de Almeida, para o cargo de presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO) – órgão que vai coordenar a organização dos Jogos Olímpicos de 2016. Foram 41 votos favoráveis, sete contrários e nenhuma abstenção.

Márcio Fortes, que exercerá mandato por quatro anos, explicou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a APO é uma autarquia pública e institui um consórcio entre a União, o estado e o município do Rio de Janeiro, para garantir a realização dos Jogos Olímpicos em 2016.

As primeiras ações da APO, declarou Márcio Fortes aos senadores da CAE, serão a definição e a homologação da carteira de projetos olímpicos, bem como das responsabilidades em relação às atividades. O relator da indicação na CAE foi o senador Lindbergh Farias (PT-RJ).

Durante a votação no Plenário, o senador Inácio Arruda

(PCdoB-CE) ressaltou que a realização das Olimpíadas é de grande importância, mas que não está restrita ao Rio de Janeiro, uma vez que o “conjunto de impactos” do evento não se limitará ao estado e à capital fluminense.

Inácio Arruda destacou a capacidade do ex-ministro que, à frente da pasta das Cidades, discutiu com os parlamentares a implantação do Estatuto das Cidades e a regularização fundiária urbana. Essa última, afirmou, foi implementada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– A presidente Dilma faz uma escolha que coloca os Jogos [Olímpicos] no patamar dos que querem dar garantias aos objetivos que assumimos com o COI [Comitê Olímpico Internacional] – declarou.

Também Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) elogiou a escolha de Dilma Rousseff. O senador avalia que Márcio Fortes está comprometido com o desenvolvimento das cidades, e, em sua atuação na APO, não privilegiará interesses internacionais.

Autorizado empréstimo do BID ao município de Paranaguá

Os senadores aprovaram ontem autorização para o município de Paranaguá (PR) contrair junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) empréstimo de US\$ 16,6 milhões (cerca de R\$ 26,5 milhões) para financiamento parcial do Programa Integrado de Desenvolvimento Social e Urbano da cidade.

Paranaguá tem aproximadamente 130 mil habitantes. Seu programa de desenvolvimento foi dividido em três áreas distintas: infraestrutura urbana, com obras de mobilidade, transporte e macrodrenagem;

desenvolvimento social, com investimentos em educação e saúde; e fortalecimento institucional, com melhorias na gestão da prefeitura.

Seu investimento total será de US\$ 37 milhões, sendo US\$ 16,6 milhões do BID e o restante de contrapartida municipal. O pagamento da dívida começa cinco anos após a assinatura do contrato e deverá durar até 25 anos.

O PRS 29/10 foi votado na CAE pela manhã, com parecer favorável do relator da proposta na comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF).

Ratificados mais três acordos de cooperação internacional

Em votações simbólicas, o Plenário aprovou ontem três projetos de decreto legislativo que tratam de acordos internacionais firmados com os governos da Espanha, da Namíbia e da Bélgica.

O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 323/10 trata com a Espanha de cooperação no

combate à criminalidade e o PDS 124/11 aprova texto de acordo de cooperação na área da defesa entre o Brasil e a Namíbia. O terceiro (126/11) aprova texto de acordo com a Bélgica sobre exercício de atividade remunerada pelos dependentes do pessoal diplomático e consular.

Após reunião da bancada do PMDB com o ministro do Esporte, Inácio Arruda afirma que a maioria dos senadores concorda que o RDC deve agilizar contratações de obras

Regime de licitações para a Copa pode ser votado hoje

A MEDIDA PROVISÓRIA que cria o Regime Diferenciado de Contratação (RDC) para as obras da Copa do Mundo de 2014 pode ser votada hoje pelo Plenário. Foi o que informou ontem o relator da iniciativa, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), ao sair de uma reunião da bancada do PMDB com o ministro do Esporte, Orlando Silva. O presidente do Senado, José Sarney, e o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), também participaram da reunião.

– Com a votação ocorrendo amanhã, haverá tempo de o texto retornar para a Câmara, caso seja apresentado algum destaque – disse.

Inácio Arruda explicou que o Senado já se adiantou na análise do texto que trata do RDC (MP 527/11), ao debater o tema com representantes do Tribunal de Contas da União (TCU). Lembrou ainda que o ministro do Esporte, Orlando Silva, esteve presente em uma audiência que debateu o RDC, realizada em conjunto pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE), no último dia 29.

– A maioria dos senadores concorda que esse regime pode agilizar a contratação de obras públicas – afirmou.

Por sua vez, o ministro Orlando Silva ressaltou que, “com

essa medida, vai ser possível aumentar a transparência, diminuir os preços das obras e estimular a competitividade entre as empresas”.

Orlando Silva também disse que os senadores com quem se reuniu apoiam as modificações que a medida provisória sofreu durante a tramitação na Câmara dos Deputados.

O ministro do Esporte declarou ainda que Brasília vem realizando um bom trabalho e se credencia para fazer a abertura da Copa de 2014. Ele observou que Salvador, São Paulo e Belo Horizonte também são candidatas a receber o jogo que vai abrir o Mundial.



Líder do governo, Romero Jucá (E), em reunião da bancada do PMDB com o ministro do Esporte, Orlando Silva

Ana Amélia propõe debater RDC com autor da Lei de Licitações

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou a criação do Regime Diferenciado de Contratações (RDC) – incluído na Medida Provisória 527/11 – como forma de agilizar as obras da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016. A medida é um “retrocesso legislativo”, que contraria os avanços da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações).

Para discutir as mudanças

propostas pelo governo, Ana Amélia requereu, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), a realização de audiência pública com a presença do ex-deputado Luiz Roberto Ponte, autor da Lei 8.666.

A CE marcou o debate para esta quinta-feira, às 10h.

Entre os pontos negativos do RDC destacados pela senadora estão a permissão para tornar



Senadora solicita audiência pública na CE, que será realizada amanhã

sigilosos os orçamentos e a utilização de critérios subjetivos no julgamento das propostas.

Parlamentares consideram obras da Copa em Brasília avançadas

As obras para a Copa do Mundo estão avançadas em Brasília, disse o presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), Benedito de Lira (PP-AL), na abertura do 2º Fórum Legislativo das Cidades-Sede da Copa do Mundo, promovido pelo Senado e pela Câmara dos Deputados.

No evento, realizado na Câmara Legislativa do Distrito Federal, o vice-presidente da Subcomissão Temporária de Fiscalização

da Copa e dos Jogos Olímpicos, Ataídes Oliveira (PSDB-TO), também elogiou o estágio das obras em Brasília, mas se disse preocupado com o cronograma em outras cidades.

Os participantes do fórum visitaram obras do futuro Estádio Nacional de Brasília e do Aeroporto Internacional Juscelino Kubitschek. Brasília é a sexta cidade a receber a comitiva de parlamentares. A meta é visitar as 12 cidades-sede até outubro.



Benedito de Lira (E) e o presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado Patricio

Instalada nova subcomissão, agora na CDR

Além de uma subcomissão temporária de fiscalização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Senado tem agora outra subcomissão sobre o mesmo tema, vinculada à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Ela foi instalada ontem, com a eleição dos senadores Lídice da Mata (PSB-BA) e Ataídes Oliveira (PSDB-TO) para a presidência e vice-presidência.

– É toda uma cadeia produtiva do turismo que precisa estar interagindo com o evento Copa do Mundo para que ele possa significar efetivamente um crescimento no número de turistas que visitam o Brasil – afirmou a senadora Lídice da Mata.



Senador Paulo Paim, entre os debatedores de ontem: mais de cem empresas vêm sendo administradas pelos funcionários

Governo apoiará empresas sob controle de trabalhador

Afirmção foi feita por representantes de dois ministérios e do BNDES durante audiência pública no Senado. Maioria dos negócios teve antes a falência decretada

O GOVERNO TEM interesse em ajudar a regularizar e garantir a sobrevivência das fábricas administradas por trabalhadores, na maior parte dos casos em decorrência de decretação de falência. A afirmação foi feita por representantes do BNDES e dos ministérios do Trabalho e da Previdência, que participaram ontem de audiência pública na Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O chefe do Departamento de Economia Solidária da Área Social do BNDES, Angelo Fuchs, explicou que o banco já vem apoiando essas iniciativas, embora haja dificuldades para isso, devido a fatores como a falta de marco legal que defina a autogestão e a incapacidade de estruturação dos projetos.

Ele explicou, no entanto, que o BNDES criou para o setor o

Programa de Apoio à Consolidação de Empreendimentos Autogestionários (Pacea), que atualmente tem R\$ 200 milhões disponíveis para apoiar a implantação e a consolidação de projetos de autogestão no setor industrial.

Previdência

A ampliação da cobertura previdenciária para os trabalhadores que assumem a direção das empresas em regime de falência foi defendida pelo diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Políticas de Previdência Social, Remígio Todeschini.

Para ele, a Previdência tem que ser pensada como um sistema solidário, para que os trabalhadores em situações como essa possam permanecer em seus ambientes de trabalho, "com muito mais saúde e qualidade".

Segundo o secretário de Economia Solidária do Ministério do Trabalho, Paul Singer, com o fechamento de uma empresa, os maiores prejudicados são os funcionários, que perdem salário e também deixam de contribuir para a previdência.

Para defender a administração, pelos empregados, das fábricas falidas, ele explicou que toda uma cadeia também é prejudicada, como os fornecedores, os consumidores e até a sociedade em geral. Essa realidade, segundo Singer, é um dos fatores que fazem com que a chamada economia solidária venha crescendo no país, em quantidade e qualidade.

– É preciso crescer cada vez mais e intercambiar nossos produtos para garantir solidez no escoamento da nossa produção e a preços decentes também. É cabeça erguida e vamos para frente – concluiu.

Paim encaminha sugestões para a Consultoria

O senador Paulo Paim (PT-RS), autor da proposta de realização do debate, disse que hoje, no Brasil, mais de cem empresas em processo de falência estão sendo administradas por seus funcionários.

– As exposições mostram a competência e a capacidade dos nossos trabalhadores, mas precisamos avançar cada vez mais – ressaltou Paim, que encaminhará à Consultoria do Senado todas as sugestões feitas durante a audiência pública.

Para funcionários, negócios podem ser viáveis e lucrativos

A autogestão das fábricas falidas é possível, viável e pode ser bastante lucrativa, garantiram ontem vários representantes de movimentos e cooperativas de trabalhadores.

O coordenador do Conselho da produtora de reservatórios de plástico Flaskô, Pedro Alem Santinho, contou a experiência a partir de 2003, depois da falência da fábrica. Além de evitar que os funcionários fossem demitidos, a autogestão trouxe benefícios como a redução da jornada de trabalho de 44 para 30 horas

semanais; a construção da vila operária no próprio terreno da fábrica; e a ocupação de dois espaços ociosos para implantação de projetos voltados para a cultura e o esporte.

A estatização dessas empresas também foi defendida pelo advogado do Movimento das Fábricas Ocupadas, Alexandre Tortorella Mandl. Para ele, a discussão vai além da simples estatização, já que se trata também da defesa de postos de trabalho e da própria atividade industrial.

Senador defende direito à "desaposentadoria"

O senador Paulo Paim defendeu ontem o direito dos trabalhadores de requerer a "desaposentadoria", ou seja, o direito de renunciar ao benefício previdenciário recebido e voltar a trabalhar, aproveitando o tempo de contribuição e o aumento de idade no cálculo de nova aposentadoria.

Cada vez mais, aposentados recorrem à Justiça para garantir o direito, já que o fator previdenciário, em vigor desde 1999, reduz o valor do benefício para quem se aposentou com menos idade. Como muitos continuam trabalhando e contribuindo para a Previdência, o valor da nova aposentadoria, conquistada judicialmente, chega a ser 50% maior.

Geovani pede melhores condições para bombeiros

Geovani Borges (PMDB-AP) defendeu ontem melhores condições de trabalho para os bombeiros militares em todo o país. Segundo o senador, faltam viaturas, equipamentos, fardas, cursos e treinamentos, além de o efetivo ser insuficiente em muitas cidades. O senador citou como sinal das más condições a greve no Rio de Janeiro por melhores salários.

– Os bombeiros seguem numa cruzada pedindo a atenção para uma série de outras insuficiências que tornam penosa a missão que eles decidiram abraçar – lamentou.



Walidmir Barreto/Senado Federal

CUT e Contag devem fazer mais pesquisas, cobram senadores

Os senadores cobraram da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) pesquisas mais atuais sobre a realidade da dependência química entre os trabalhadores do campo e da cidade.

A vice-presidente da subcomissão, Ana Amélia (PP-RS), lamentou que a situação do campo em relação às drogas também seja grave e cobrou atuação mais contundente das entidades na prevenção e orientação de trabalhadores urbanos e rurais dependentes químicos.

Já o presidente do colegiado, Wellington Dias (PT-PI), disse que o assunto exige mais atenção, inclusive com pesquisas sobre a realidade da dependência química entre os trabalhadores.

A secretária nacional de Saúde do Trabalhador da CUT, Junéia Martins Batista, informou que estudos do Ministério da Saúde mostram que uma das categorias mais afetadas pelo consumo de drogas atualmente é a de caminhoneiros, que fazem uso do chamado rebite para reduzir o sono e o cansaço.

O secretário de Políticas Sociais da Contag, José Wilson de Souza Gonçalves, disse que a pesquisa mais recente da entidade sobre o assunto data de 2003 e 2004, com enfoque na dependência química entre jovens da zona rural. O consumo de bebidas alcoólicas é um dos problemas mais graves, apontou, mas drogas como crack, cocaína e maconha também já alcançaram a população rural e atingem principalmente a juventude.



Junéia Batista, da CUT, senador Wellington Dias e José Gonçalves, da Contag

CPI do Ecad fará audiências em Brasília e quatro estados

A CPI que investiga denúncias de irregularidades no Ecad deverá iniciar as audiências públicas na primeira semana de agosto, conforme o plano de trabalho elaborado pelo relator, senador Lindbergh Farias (PT-RJ), e aprovado hoje pelo colegiado. O relatório final será apresentado entre 24 e 28 de outubro.

Além das audiências no Senado, a comissão realizará reuniões e diligências em Macapá, São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Lindbergh também encaminhou 12 requerimentos, que serão apreciados na próxima terça-feira.

Entre os requerimentos, ele

destacou o de convocação da superintendente do Ecad, Gloria Braga, para prestar depoimento sobre as denúncias de manipulação das previsões de arrecadação com a finalidade de ampliar os valores dos bônus devidos aos diretores da entidade.

Outro requerimento é o de convocação de Milton Coitinho dos Santos e de sua procuradora, Bárbara de Mello Moreira, e da diretora-executiva da União Brasileira de Compositores, Marisa Gandelman, para falarem sobre denúncia de recebimento de valores relacionados a direitos autorais pertencentes a outras pessoas.

Regulamentação da profissão de historiador vai à CAS

O projeto de lei (PLS 368/09) que regulamenta a profissão de historiador foi aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e enviado ao exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

O autor, Paulo Paim (PT-RS), argumenta que "o campo de atuação do historiador não tem se restringido mais à sala de aula e sua presença é cada vez mais requisitada não só por entidades de apoio à cultura, mas também por estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e de produção artística".

A iniciativa recebeu o apoio

do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que chegou a apresentar um relatório favorável no final de 2009. Ontem, o relatório foi apresentado por Anibal Diniz (PT-AC).

O projeto foi criticado por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), para quem "não é possível ver como tal iniciativa contribuirá para o avanço da área no Brasil". Ele antevê que "isso representará uma enorme fonte de aborrecimentos às pessoas que, para escreverem um livro de história, por exemplo, serão obrigadas a se inscrever numa ordem de historiadores e pagar uma contribuição".

CAE decidirá sobre convite a presidente do BNDES e Diniz

A CAE poderá realizar audiência pública para debater a proposta de fusão das empresas Carrefour no país com o grupo Pão de Açúcar e esclarecer as operações financeiras envolvendo o BNDES. Requerimentos com essa finalidade, apresentados ontem pelos senadores Demóstenes Torres (DEM-GO), José Agripino (DEM-RN), Lindbergh Farias (PT-RJ), Alvaro Dias (PSDB-PR) e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), serão votados na próxima reunião do colegiado.

Conforme sugestão dos senadores, serão convidados o presidente do banco, Luciano

Coutinho; o presidente do Cade, Fernando Furlan; e o presidente do Grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz.

Já a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, pode ser convidada a comparecer à CAE para explicar, em audiência pública, denúncia da revista *Veja* de que teria tido participação no caso que ficou conhecido como "dossiê dos aloprados". O dossiê, argumentou o autor dos requerimentos, Alvaro Dias, beneficiou a candidatura de Aloizio Mercadante – atual ministro da Ciência e Tecnologia – ao governo de São Paulo, em 2006.

Presidente do Banco Central adverte empresas endividadas em dólar. Já a média das dívidas das famílias brasileiras é baixa, comparada à de outros países, diz ele



Alexandre Tombini, ao lado do presidente da CAE, Delcídio do Amaral (D): senadores cobram redução das taxas de juros

Tombini aponta evolução positiva da economia

O PRESIDENTE DO Banco Central, Alexandre Tombini, apresentou à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) um quadro de "evolução positiva" do país, com inflação em queda, elevação da classificação de risco da dívida soberana, redução da pobreza, aumento da oferta de empregos e maior mobilidade social. No entanto, também foi questionado por vários senadores por que um país que exhibe melhorias econômicas e sociais tão importantes ostenta uma das mais altas taxas de juros do planeta.

Tombini compareceu à CAE para fazer balanço trimestral da economia. Segundo ele, a evolução positiva do país contrasta com a situação internacional. Entre os principais problemas externos, estão o crescimento insuficiente da economia dos Estados Unidos e a crise das dívidas de países da União Europeia,

como a Grécia, cuja situação está sendo avaliada como de colapso.

Citando artigo do economista Octavio de Barros no jornal *Valor Econômico*, o senador Armando Monteiro (PTB-PE) questionou o fato de o país, em termos de taxas de juros, estar em companhia de economias menos dinâmicas, como as do Paquistão e da Venezuela. O serviço da dívida pública brasileira consome anualmente mais de 6% do produto interno bruto (PIB) – relação que, em outros países, situa-se na faixa de 1,8% a 1,9%.

BNDES

Já o senador José Agripino (DEM-RN) apontou incoerência no Executivo: ao mesmo tempo em que anuncia corte de R\$ 50 bilhões no Orçamento deste ano, baixa uma medida provisória – MP 526/11

– para autorizar aporte de R\$ 55 bilhões no BNDES.

– Como o governo não tinha esse dinheiro, tanto que fez o corte de gastos de R\$ 50 bilhões, buscou-o na emissão de títulos. Esse dinheiro está sendo captado a 12% ao ano e repassado ao BNDES para aplicação a 6% ao ano. Onde vai parar isso? No aumento da dívida interna – afirmou.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também culpou as taxas de juros pelo empobrecimento da população.

Em resposta aos senadores, Tombini disse que há uma clara tendência de redução das taxas de juros, mas que isso está sendo feito de forma sustentável. Quanto à dívida pública, disse que a situação não é preocupante. A dívida líquida, que correspondia a 60,4% do PIB em 2002, está em 39,8% do PIB, conforme as projeções para este ano.

Alerta a empresas brasileiras endividadas em dólar

O câmbio – hoje favorável a quem compra moeda estrangeira – poderá mudar, alertou o presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, às empresas brasileiras que tomam empréstimos no exterior. O aviso respondeu a preocupação de Francisco Dornelles (PP-RJ) com o crescente endividamento dessas empresas.

– O câmbio flutua para os dois lados. Como as empresas faturam em real, é preciso que se protejam nessas operações

– disse, em advertência à exposição das empresas ao risco de uma eventual alta do dólar, que aumentaria os valores dos empréstimos contratados na moeda estadunidense.

A captação no primeiro semestre de 2011 chegou a US\$ 30 bilhões, na onda de juros baixos nos EUA e na Europa. O número de pessoas com operações de crédito acima de R\$ 5 mil pulou de 8 milhões, em 2004, para 28 milhões este ano. O dado, citado

por Tombini como indicador positivo da inclusão de brasileiros no mercado de crédito, gerou apreensão entre os senadores.

Cristovam Buarque (PDT-DF) perguntou se há riscos no endividamento das famílias brasileiras, e o presidente do BC respondeu que esse risco continua baixo: em média 42% das rendas líquidas das famílias é comprometido com empréstimos – proporção que chega a 171% no Reino Unido e a 148% no Canadá.

Dornelles critica participação do BNDES em fusão

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) fez um apelo ao presidente do BNDES, Luciano Coutinho, para que reavalie a participação do banco na negociação entre o Carrefour e o Pão de Açúcar, anunciada na semana passada.

– Chamo a diretoria e a presidência do BNDES à reflexão sobre a impropriedade e a inconveniência, em relação aos interesses do país, da participação na operação de fusão das estruturas varejistas do Carrefour pelo Pão de Açúcar, operação sem relevância estratégica para merecer a alocação de R\$ 4 bilhões, recursos cuja aplicação pode resultar muito mais proveitosa se destinados ao financiamento de pequenas empresas – disse o parlamentar.

Negócio é inconveniente, avalia Agripino

O líder do DEM, José Agripino (RN), classificou de "desnecessária e inconveniente" a fusão entre os hipermercados Pão de Açúcar e Carrefour. Para ele, a fusão vai gerar redução de postos de trabalho, entre outros problemas, como a diminuição da concorrência no setor. Agripino também voltou a criticar uma possível participação do BNDES na transação, pois recursos públicos com juros abaixo dos de mercado seriam usados para subsidiar o negócio.

Agripino comentou ainda o balanço da economia apresentado pelo presidente do Banco Central à CAE. O senador afirmou que a dívida pública cresceu demasiadamente nos últimos anos e se configura como um dos maiores problemas do país.

Inácio defende redução e elogia postura do BC

Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem a redução das taxas de juros, elogiando a postura do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na CAE, para quem há "clara tendência" de redução, salientando que isso está sendo feito de "forma sustentável".

– Essa mudança de pensamento, que eu começo a ouvir do presidente do BC e também a determinação da presidente [da República] pode criar as condições para que o Brasil estabeleça um período largo de crescimento efetivamente sustentável – afirmou o senador.

Armando reclama de taxa de juros e gastos públicos

Armando Monteiro (PTB-PE) considerou preocupante o fato de o Brasil despender 6,5% do produto interno bruto (PIB) com o pagamento dos serviços da dívida pública. Conforme observou, a média de comprometimento das riquezas geradas pelos países emergentes com essa despesa é inferior a 2%.

O fato de o país ainda ostentar taxa de juros básica com dois dígitos também gerou protestos do senador. Essas duas circunstâncias estariam restringindo a capacidade do governo de ampliar investimentos no setor produtivo.

Para Pimentel, é possível desatar o nó do ICMS

Para o senador José Pimentel (PT-CE), é possível construir uma agenda para tentar equacionar a questão do ICMS, considerado "o calcanhar de Aquiles" por dois dos três convidados da audiência pública ontem, na Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Pimentel lembrou que, nos anos 1990, foi enfrentada a questão do endividamento dos estados e, na década seguinte, foi a vez de resolver os problemas dos estados que tinham um sistema previdenciário próprio.

– Agora está na hora de dar o terceiro passo – afirmou o senador, para quem a questão dos *royalties* do pré-sal pode

ajudar nas negociações entre os estados.

Participaram do debate o consultor Clóvis Panzarini, o diretor-executivo de Assuntos Tributários da Associação Brasileira da Indústria de Máqui-

nas e Equipamentos (Abimaq), Hiroyuki Sato, o assessor especial do ministro da Fazenda, Sérgio Gobetti, e os senadores Armando Monteiro (PTB-PE) e Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), que preside a subcomissão.



Hiroyuki Sato expõe sua opinião, acompanhado pelo senador Aloysio Nunes (D)



Comissão pode debater fusão entre Carrefour e Pão de Açúcar e dossiê de 2006



Inácio Arruda (PCdoB-CE) defendeu ontem a redução das taxas de juros, elogiando a postura do presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, na CAE, para quem há "clara tendência" de redução, salientando que isso está sendo feito de "forma sustentável".



Armando Monteiro (PTB-PE) considerou preocupante o fato de o Brasil despender 6,5% do produto interno bruto (PIB) com o pagamento dos serviços da dívida pública. Conforme observou, a média de comprometimento das riquezas geradas pelos países emergentes com essa despesa é inferior a 2%.

O texto a ser apreciado é uma reformulação do relatório apresentado inicialmente pelo senador Ricardo Ferraço. A CCJ e o Plenário ainda examinarão a proposta

Reforma administrativa do Senado deve ser votada hoje

O RELATÓRIO DO senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) sobre o projeto de resolução (PRS 96/09) que institui a reforma administrativa no Senado deve ser votado hoje na subcomissão específica. A principal alteração ao relatório anterior, defendida pelo senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), elimina a vinculação funcional e operacional de áreas como a Advocacia, a Consultoria Legislativa e a Secretaria-Geral da Mesa ao Conselho de Administração. Com a mudança, o texto trará a previsão de vinculação apenas administrativa e orçamentária.

– Eu só não podia atrelar funções finalísticas, que são funções que têm que dar ao técnico a liberdade de oferecer o parecer para o senador, a um

conselho que é momentâneo. O conselho de hoje pode não ser o de amanhã – defendeu Vital.

O senador já havia proposto a alteração em emenda, rejeitada pelo relator em reunião anterior. Voto em separado do senador Benedito de Lira (PP-AL) também propunha a alteração. Após acordo, Ferraço afirmou que a mudança não fere a intenção inicial do texto, que era a de fortalecer o conselho.

O texto que será votado hoje é uma reformulação do primeiro relatório apresentado por Ferraço. Entre as mudanças previstas, está o corte de cerca de 45% nas funções comissionadas, que passariam de 2.072 para 1.129. O projeto depois será submetido à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e ao Plenário.



Eduardo Suplicy, presidente da subcomissão, e Ricardo Ferraço (D), relator

Campanha do agasalho arrecada quase o dobro da meta inicial

Terminou ontem a primeira edição da campanha do agasalho realizada pela Comunidade Senado Solidário. Depois de um mês com cartazes e pontos de arrecadação espalhados por todas as instalações da instituição, em Brasília, foi arrecadado um total de 1.969 peças, sendo 426 cobertores e o restante dividido entre roupas, calçados e brinquedos.

A diretora-geral do Senado, Doris Peixoto, agradeceu pela grande quantidade de doações, que alcançou quase o dobro da

meta inicial – mil produtos – e elogiou o carinho com o qual os materiais foram entregues, já limpos, embalados e até etiquetados, prontos para serem usados. A diretora chamou a atenção para o respeito que essas atitudes demonstraram em relação às pessoas que receberão as doações.

O material será distribuído, por servidores voluntários, durante a primeira quinzena de julho a instituições de caridade cadastradas.

Collor ressalta papel de Itamar Franco na redemocratização

O senador e ex-presidente Fernando Collor (PTB-AL) ressaltou a contribuição de Itamar Franco para a redemocratização do país, com destaque para sua atuação no retorno da estabilidade financeira, com a implantação do Plano Real.

Fernando Collor lembrou que Itamar o substituiu em 1992. Em 1989, Itamar tinha sido convidado por Collor para integrar sua chapa.

– Entre 92 e 94, ele com-

pletou o mandato presidencial para o qual fui eleito – interrompido pelo processo de *impeachment* –, dando prosseguimento não só ao plano de privatizações e de abertura econômica do mercado, mas principalmente à integral e definitiva consolidação democrática do país, um cenário que hoje, duas décadas depois, impõe-se com um valor ainda maior diante da constatação da plena estabilidade política e institucional de que atualmen-



Collor destaca atuação de Itamar pela estabilidade financeira

te desfrutamos – disse. Collor também salientou o papel de destaque de Itamar Franco na articulação para o retorno à normalidade democrática após anos de ditadura militar.

Ferraço exalta “retidão moral do homem público”

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) reverenciou a trajetória política de Itamar Franco. Para o senador, “o Brasil ficou mais pobre sem o homem público que sempre se norteou pela retidão moral, pela coerência política, pelos interesses do país”.

– Ele fez o Brasil ter mais orgulho de seus homens públicos. Fez e continuará fazendo o Brasil alimentar a esperança de relações políticas mais éticas e dignas – afirmou.

Para Ferraço, os cinco meses em que conviveu com Itamar no Senado foram “um aprendizado de ética, de política com ‘P’ maiúsculo. De humildade, de lisura e coerência”.

Vanessa Grazziotin relembra grandes marcos políticos

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ressaltou a vida pública de Itamar Franco para salientar sua participação

na campanha das Diretas Já e na Constituinte, bem como suas contribuições durante o período em que foi presidente.

Na Constituinte, destacou, Itamar defendeu, entre outros temas, o rompimento das relações do Brasil com países que desenvolvessem políticas de discriminação racial e o estabelecimento do mandato de segurança coletivo.

Humberto Costa vê resgate da trajetória política

O líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que a história já começa a fazer justiça à participação de

Itamar Franco em episódios marcantes do cenário político brasileiro, se referindo à atuação de Itamar como presidente da CPI do Acordo Nuclear, em 1978, no Senado.

– Estávamos em plena ditadura militar e era preciso coragem para exigir transparência do regime. Ele não teve medo de assumir riscos – lembrou o senador.

Renan destaca sua relação fraterna com ex-presidente

Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou em discurso que sempre manteve relação muito fraterna

com Itamar Franco, cujos desdobramentos interferiram nos rumos da história do Brasil.

– Apesar de ter durado dois anos (1992-1994), o governo de Itamar Franco deixou uma marca definitiva na história do país – afirmou Renan, acrescentando que o ex-presidente entrou para a história por sua firmeza, determinação, patriotismo e retidão.

Para Suplicy, morte de Itamar deixa ética de luto

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou que “a ética está de luto” com a morte de Itamar Franco, “um político respeitado por aliados e opositores, sério, honesto e responsável, que exerceu com seriedade, hombridade e honradez seus mandatos políticos, sem privilegiar quem quer que fosse, por mais que privasse de sua intimidade”.

Suplicy mencionou que Itamar passou a comandar o Brasil abalado política e economicamente, mas levou seu governo a termo sem turbulências. E, principalmente, foi pai do Plano Real, que, tendo sofrido objeção do PT, faz-se necessário reconhecer, trouxe a estabilização da moeda.

Marinor realça luta contra o excesso de MPs

Marinor Brito (PSOL-PA) destacou que o ex-presidente Itamar Franco procurava fazer do Senado uma arena de debates democráticos e foi “carinhoso” com o partido.

– [Formamos] uma parceria, de oposição qualificada, buscando imprimir ritmo ao Senado que pudesse atender aos interesses da classe trabalhadora, melhorar as condições democráticas desta Casa, exigindo um freio às medidas provisórias – sublinhou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro*
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário: Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Marinor Brito • José Sarney • Ciro Nogueira • Inácio Arruda • Waldemir Moka • Jayme Campos • Anibal Diniz • Ivo Cassol • Randolfe Rodrigues

* Licenciados

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvío Burl
Reportagem: Cintia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Parentes de vítimas pedem banco de DNA

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu, ontem, abaixo-assinado de parentes de cinco vítimas de crimes sexuais ocorridos em 2009, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. O documento pede a criação de procedimentos legais de recolhimento de material genético

de criminosos para a instalação de um banco nacional de DNA. Segundo os familiares das vítimas, a existência de arquivos com esse tipo de informação poderia ter evitado a sequência de crimes que ocorreu na região da capital mineira. O documento informa que o criminoso está

sendo julgado e já recebeu uma condenação por homicídio quadruplicamente qualificado.

Na manhã de ontem, reunião realizada no Senado debateu o tema com a presença de peritos, estudiosos e familiares de vítimas. O encontro serviu também para discutir projeto de lei (PLS 93/11) que determina a identificação genética de condenados por crimes praticados com violência. O projeto está em tramitação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Para o senador Ciro Nogueira (PP-PI), autor do projeto e organizador do debate, o banco de DNA é um poderoso instrumento desenvolvido pela ciência para auxiliar a Justiça no combate à criminalidade.



Ciro Nogueira (de tern) organizou discussão sobre combate aos crimes sexuais

Para Cristovam, país deve investir em inovação



Fortes investimentos em inovação tecnológica foram defendidos por Cristovam Buarque (PDT-DF) como forma de assegurar a continuidade do crescimento e a conquista da solidez da economia.

– O Brasil precisa dar esse salto para se transformar em

um produtor de bens com alto conteúdo de inteligência – afirmou o senador.

Cristovam ressaltou que o primeiro passo para essa mudança é uma “revolução na educação”, com grandes centros de ciência e tecnologia ligados à indústria e uma política salarial beneficiando e atraindo os “melhores cérebros” para essas áreas.

Moka relata visita ao Parque Tecnológico Itaipu



O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) relatou visita que fez, com autoridades do seu estado, ao Parque Tecnológico Itaipu. O objetivo, disse, foi conhecer as experiências da fundação Itaipu Binacional, sobretudo quanto à oferta de cursos técnicos. A ideia, segun-

do Moka, é implementar projeto semelhante, mas com outras dimensões, em Ponta Porã (MS).

O parque abriga a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, focada na formação de recursos humanos capazes de contribuir para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, educacional e científico da América Latina, especialmente no Mercosul, explicou Moka.

Sérgio Souza reclama de serviços de empresa aérea



Sérgio Souza (PMDB-PR) reclamou ontem do tratamento dispensado aos passageiros de voo de uma das duas maiores empresas aéreas do país, em viagem de Brasília a Curitiba, com conexão em São Paulo. Devido a atraso no primeiro voo, os passageiros estavam

sujeitos a perder a conexão. Consultados se queriam mudar de voo, muitos passageiros, assim como o senador, preferiram seguir no que tinham comprado, que seguiu viagem normalmente. Depois, mesmo tendo chegado em São Paulo a tempo de seguir com a conexão, os passageiros tiveram suas passagens canceladas pela companhia, sem qualquer explicação.

Bauer pede continuação da duplicação da BR-280



Paulo Bauer (PSDB-SC) cobrou da presidente Dilma Rousseff, do Ministério dos Transportes e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) a continuidade das obras de duplicação da BR-280, rodovia importante para o escoamento da produção da indústria manufatureira de Santa Catarina, segundo afirmou.

O senador manifestou sua preocupação com a suspeita de fraude na licitação da obra de duplicação da rodovia entre Jaraguá do Sul e São Francisco do Sul, conforme denúncia feita pela revista *Veja*, que levou ao afastamento da cúpula do Ministério dos Transportes.

Valadares: saúde perde R\$ 12 bi em quatro anos



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que maquiagens no orçamento dos estados levaram a saúde a perder, de 2004 a 2008, quase R\$ 12 bilhões em recursos, de acordo com a Emenda Constitucional 29. Para alcançar os percentuais obrigatórios, governos manobram e incluem gastos em saneamento básico, financiamento habitacional ou pensões de servidores.

Santiago resalta importância das festas juninas



Wilson Santiago (PMDB-PB) parabenizou os administradores públicos do Nordeste, em especial da Paraíba, pela organização das festas juninas. O senador destacou a importância do evento para a economia, para a cultura e para o turismo. Santiago afirmou que o São João de Campina Grande (PB), considerado o maior do mundo, foi transmitido ao vivo pela TV para 176 países.

Demóstenes quer investigar patrulha ideológica na UnB



Ao comentar reportagem da revista *Veja* sobre a perseguição ideológica que estaria sendo praticada na

Universidade de Brasília (UnB), liderada pelo próprio reitor, o senador Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que vai apresentar requerimento na Comissão de Educação, para que o reitor e os que se dizem perseguidos venham falar sobre o assunto no Senado.

Recursos de R\$ 88 milhões votados pela Comissão Mista de Orçamento ajudarão a construir 475 unidades de educação infantil. Votação da LDO é novamente adiada

CMO aprova crédito para construção de novas creches

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) aprovou ontem projeto de lei que abre crédito especial de R\$ 88,3 milhões ao Ministério da Educação para a construção de 475 novas creches em todo o país (PLN 6/11).

A proposta segue ao Plenário do Congresso Nacional, assim como os projetos com as prestações de contas do governo federal e do Tribunal de Contas da União (TCU) relativos a 2007, também aprovados pela CMO.

O crédito previsto no PLN 6/11 possibilitará a transferência de recursos financeiros a municípios e ao Distrito Federal, para prestar apoio à manutenção de 475 novos estabelecimentos de educação infantil pública que ainda não recebem recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Pro-

fissionais da Educação (Fundeb).

Tanto o PLN 6/11 quanto os relatórios com as prestações de contas foram aprovados sob clima tenso, que se manteve durante toda a reunião, na qual predominou a troca de farpas entre os parlamentares.

Contrários à aprovação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2012, deputados da oposição utilizaram diversas manobras regimentais para ganhar tempo e impedir a continuidade da reunião, suspensa com o início da ordem do dia no Senado e na Câmara.

Antes disso, porém, o DEM já havia anunciado obstrução aos trabalhos da comissão, cobrando modificações no texto.

Após a ordem do dia, houve nova tentativa de reunião, mas inviabilizada por falta de quórum.



Ao lado de Walter Pinheiro (E), Vital do Rêgo preside a reunião da CMO

Comissão de segurança pública quer garantir verbas do setor

O senador Eduardo Braga (PMDB-AM) foi eleito ontem presidente da comissão temporária que vai fiscalizar e acompanhar as ações da Política Nacional de Segurança Pública, conduzida pelo Ministério da Justiça.

Com Jayme Campos (DEM-MT) na vice-presidência e Pedro Taques (PDT-MT) na relatoria, a comissão pretende, entre outros pontos, trabalhar para garantir que as verbas de segurança pública aprovadas no Orçamento da União não sejam contingenciadas. A comissão vai ouvir na



Pedro Taques (E) foi designado relator da comissão temporária

terça-feira representante do Ministério da Justiça.

CMA ouvirá ministro Alfredo Nascimento sobre denúncias

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem convite para que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, o diretor afastado do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

(Dnit), Luiz Antônio Pagot, e outros ex-dirigentes da pasta sejam ouvidos sobre irregularidades denunciadas pela revista *Veja*. O requerimento foi apresentado pelos senadores Blairo Maggi (PR-MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Pedro Taques (PDT-MT).



Mozarildo apresenta relatório à Subcomissão da Amazônia

Defesa das fronteiras exige mais pessoal

Para garantir a adequada defesa das fronteiras brasileiras, os órgãos federais e estaduais ligados à segurança precisam de mais pessoal e maiores investimentos. Essa é uma das principais conclusões do relatório aprovado ontem pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, a respeito dos painéis realizados neste semestre para discutir o tema "Fronteiras e Segurança Nacional".

O relatório foi apresentado pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), que preside a subcomissão, vinculada à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Além da "evidente falta de gente e de dinheiro", observou o senador após a leitura de seu relatório, os painéis deixaram clara a falta de uma estrutura mais adequada dos estados para a garantia de segurança nas regiões de fronteira, assim como a necessidade de maior integração das unidades da Federação com o governo federal.

João Pedro pede a ratificação do acordo da Unasul

João Pedro (PT-AM) apelou em Plenário ao líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), para que seja votado, antes do recesso, o projeto de decreto legislativo do Senado (PDS 138/11) que aprova o texto do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), celebrado em Brasília, em 23 de maio de 2008.

— É muito importante para o Brasil que esta Casa vote antes do recesso uma matéria de relevância estratégica para os doze países que compõem esse tratado, essa articulação, que é política, econômica e social — disse o parlamentar.



João Pedro: matéria tem relevância estratégica para países do grupo

Código Florestal: cientistas querem melhor uso da terra

Aumento da produtividade agropecuária, pagamento por serviços ambientais e transformação de áreas degradadas em reserva legal são sugestões de estudo

MEDIDAS PARA AMPLIAR a produção e reduzir a pressão sobre as florestas foram sugeridas por cientistas em debate sobre o Código Florestal nas comissões de Meio Ambiente (CMA) e Agricultura (CRA).

A importância de incentivar o aumento da produtividade das terras rurais foi apontada pelo professor Ricardo Rodrigues, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-USP). Celso Manzato, da Embrapa, lembrou que áreas florestadas ajudam a regular o clima, manter o regime hídrico, controlar pragas e doenças e outras ações importantes à sustentabilidade

da agricultura. Ele ainda observou que investimentos tecnológicos podem tornar a pecuária mais produtiva e liberar terras de pastagens, evitando novos desmatamentos.

Os cientistas analisaram o estudo *O Código Florestal e a Ciência – contribuições para o diálogo*, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e da Academia Brasileira de Ciências (ABC).

Kátia Abreu (DEM-TO) questionou a isenção do grupo e afirmou que os resultados do estudo não representam consenso na comunidade científica. Helena Nader, presidente

da SBPC, explicou que o estudo foi elaborado por um grupo independente de pesquisadores das diversas áreas envolvidas na elaboração do novo código.

Elíbio Rech Filho, presidente da ABC, defendeu a inclusão "do meio ambiente e das pessoas na lógica do agronegócio". O pesquisador Antonio Donato Nobre informou que as áreas de preservação permanente (APPs) ao longo de rios ocupam hoje 7% das terras das propriedades rurais. Alertou, no entanto, que o atual texto do código pode respaldar o desmatamento em grande parcela da cobertura florestal nessas áreas.



José Aleixo, Elíbio Rech Filho, Rodrigo Rollemberg, Casildo Maldaner e Helena Nader em debate da CMA e da CRA

Rollemberg apoia criação de "força-tarefa" da ciência

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acolheu sugestão do presidente da Academia Brasileira de Ciências, Elíbio Rech Filho, para realizar uma "força-tarefa" da comunidade científica junto aos senadores, a fim de subsidiar as decisões quanto ao Código Florestal.

— A ciência tem uma enorme contribuição a dar a esse debate e a comissão aceita a disponibilidade da comunidade científica de fazer esse esforço concentrado — disse.

No entanto, a sugestão dos cientistas, para que o Senado tome mais tempo para aprofundar as discussões, foi descartada pelos senadores Ana Amélia (PP-RS), Blairo Maggi (PR-MT), Kátia Abreu

(DEM-TO), Luiz Henrique (PMDB-SC) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Ana Amélia e Blairo Maggi destacaram o apoio dado pela grande maioria dos deputados ao projeto, quando da votação da matéria na Câmara. Para eles, o texto foi amplamente discutido e tem o respaldo de diversos setores da sociedade.

Kátia Abreu disse que o tema está em debate no Congresso há 15 anos, sendo urgente que o Parlamento dê segurança jurídica aos agricultores. Segundo ela, dos cerca de 330 milhões de hectares de terras das propriedades rurais privadas, 100 milhões já estão protegidos por lei.

Participação de pesquisadores é elogiada

Os senadores Pedro Taques (PDT-MT), João Pedro (PT-AM), Jorge Viana (PT-AC) e Anibal Diniz (PT-AC) e Ana Rita (PT-ES) ressaltaram a importância da contribuição dos pesquisadores na elaboração do novo código. Na opinião de Taques, os senadores devem elaborar um código para os brasileiros, "e não para ambientalistas ou para produtores".

Essa também é a opinião de Jorge Viana, relator do projeto na CMA. Ele pondera que o Congresso tem a oportunidade de encontrar uma solução que permita o avanço da produção agrícola, em equilíbrio com a proteção do ambiente.

Jayme Campos quer maior controle sobre alimentos

Reportagem da *Folha de S.Paulo* de ontem levou o senador Jayme Campos (DEM-MT) a defender a regulamentação da propaganda de produtos ricos em gorduras, açúcares e sódio. Segundo o texto, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) já editou resolução para obrigar os fabricantes desses alimentos a colocarem alertas nas embalagens sobre os riscos de seu consumo excessivo para a saúde. Essa exigência encontra-se suspensa, entretanto, por liminar judicial obtida pela indústria da alimentação.



Waldemir Borretto/Senado Federal

Maldaner saúda dia do cooperativismo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) lembrou a passagem do Dia Internacional do Cooperativismo, comemorado em 2 de julho, e destacou a importância desse "modelo que une de forma exemplar o desenvolvimento econômico com o bem-estar social". O senador mencionou que o Brasil conta com mais de 6.600 cooperativas, com cerca de nove milhões de associados, e está fortemente presente na economia de Santa Catarina. O estado conta com 255 cooperativas em atividade e mais de um milhão de cooperados.



Marcia Maritz/Senado Federal

Senado assina acordo com Eletronuclear

O Senado assinou ontem um termo de ajuste de conduta com a Eletrobras Termonuclear S/A (Eletronuclear), na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), para buscar o aprimoramento da segurança das usinas nucleares de Angra dos Reis (RJ).

No último dia 8 de abril, uma comissão provisória externa da CMA visitou as instalações das usinas de Angra 1 e 2, e as obras de Angra 3. O acidente nuclear que ocorreu no Japão em março motivou a preocupação dos senadores. O relatório da visita foi apresentado na reunião da comissão e, com base nele, foi acertado o termo de ajustes.

O documento prevê uma série de providências da Eletronuclear, com ênfase na segurança dos funcionários, dos moradores e do próprio sistema nuclear. A empresa deve adotar um sistema para prevenir alagamento nos geradores a diesel de emergência e construir uma pequena usina hidrelétrica para fornecer energia em situações críticas.

A Eletronuclear também deve construir um píer para facilitar a evacuação por via marítima, em caso de acidente. A empresa ainda deve cooperar com a Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen) para a implantação de depósito de rejeitos radioativos.

O termo de ajuste também prevê que a CMA pedirá ao governo federal a duplicação da BR-101 (Rio-Santos), no trecho que passa por Angra dos Reis e serve de rota de evacuação, em caso de necessidade.

Proposta de Lindbergh permite firmar ajustes

O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) apresentou projeto de resolução (PRS 14/11) para dar às comissões técnicas do Senado a atribuição de celebrar termos de ajuste de conduta com pessoas convocadas ou convidadas, representantes do poder público ou de entidades da sociedade civil.

De acordo com o projeto, no termo de ajuste devem estar estabelecidos os objetivos acertados entre as partes, incluindo metas, regras e prazos para o cumprimento das ações acordadas.

— O projeto de resolução e a PEC [49/11] pretendem recuperar para o Poder Legislativo a centralidade do papel, da função de controle do Legislativo, dar concretude ao controle político das atividades realizadas pelas comissões do Senado — salientou.



Lindbergh: projeto reforça função de controle do Poder Legislativo